

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.489 - RJ (2018/0291139-7)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ADVOGADO : GUSTAVO BINENBOJM E OUTRO(S) - RJ083152**  
**AGRAVADO : AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA**  
**ADVOGADOS : ALOYSIO DE OLIVEIRA ARRUDA E OUTRO(S) - RJ083240**  
**TELMO JOAQUIM NUNES - RJ164074**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO. VÍCIO DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. EXIGIBILIDADE DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DE ICMS NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS. REGULAMENTO ESTADUAL. SÚMULA 280/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se configura a alegada ofensa aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide, fundamentando seu proceder de acordo com os fatos apresentados e com a interpretação dos regramentos legais que entendeu aplicáveis, demonstrando as razões de seu convencimento.
2. Examinar lei local é medida inviável nesta sede, a teor de entendimento firmado na Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal: "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".
3. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator